



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO

Item: 27

INFORMAÇÃO Nº 32 /2014-DPG

Ref.: Processo nº 23102.003192/2013-96

Assunto: Reestruturação do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Encaminho a V.Sª para envio ao Magnífico Reitor para apreciação e, se de acordo, encaminhamento ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão para homologação.

Relaciono o material a ser enviado aos senhores Conselheiros:

- Projeto do Curso – fls.05-25;
- Informação CEAD nº 001/2014 – fl. 121;
- Regulamento do Curso – fls. 122-132;
- Atas – fls. 26-27.

DPG, de de 2014.

Prof. Dr. Paulo Cavalcante de Oliveira Junior
11 Diretor de Pós-Graduação

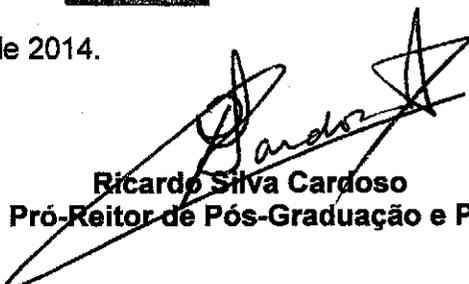
INFORMAÇÃO Nº 03 /2014-PROPG

Ref.: Processo nº 23102.003192/2013-96

Assunto: Reestruturação do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Conforme despacho supra, encaminho à Vossa Magnificência para apreciação, s.m.j., e se de acordo, envio, ao ~~CONSEPE~~ para homologação.

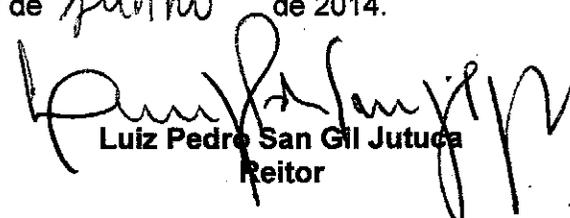
PROPG, de de 2014.


Ricardo Silva Cardoso
Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

De acordo.

À Secretária dos Conselhos Superiores para as providências necessárias.

GR, 09 de junho de 2014.


Luiz Pedro San Gil Jutuça
Reitor



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
MINUTA PROPG**

RESOLUÇÃO Nº ~~XXXXX~~, ~~XX~~ DE ~~XXXXXX~~ DE 2014.

Dispõe sobre a reestruturação do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal (modalidade à distância), do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, em sessão realizada no dia ~~xx~~ de 2014, de acordo com o teor do Processo nº 23102.003192/2013-96, que aprovou e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º – Fica aprovada a reestruturação do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal (modalidade à distância), do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação no Boletim da UNIRIO.

**Luiz Pedro San Gil Jutuca
Reitor**



I - SOBRE O CURSO PROPOSTO

1. Denominação e natureza do curso: [x] Especialização em Gestão Pública Municipal

Modalidade: [x] a distancia

Grande área de conhecimento do curso:

60202009 Administração Pública

2. UNIDADE PROPONENTE E ATO DE CRIAÇÃO:

Departamento: Departamento de Estratégia de Gestão

Escola de Administração Pública do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas

Endereço: Av. Voluntários da Pátria, 107 - Botafogo

Ato Legal de criação do Curso: Resolução Nº 3.499, de 17.08.10 (Processo nº 23102001236/2010-09 -

ATOS DA REITORIA – BOLETIM INTERNO Nº 16, DE 31.08.2010)

3. UNIDADE PROMOTORA E EXECUTORA:

Entidade Promotora: MEC/CAPES/UAB

Elaboração do Projeto:

Profa. Dra. Maria Aparecida da Silva – UFAL (coordenação)

Prof. Dr. Dario de Oliveira Lima Filho – UFMS

Prof. Dr. Silvar Ribeiro – UnB

Prof. Dr. Anderson Castanha – UFJF

Prof. Dr. Marcos Tanure Sanabio – UFJF

Entidade Executora (RJ): UNIRIO/CEAD/CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Endereço da CEAD - Av. Pasteur 296, Urca

Telefone: (21) 25427885 (CEAD) ou (21) 22862274 (CCJP)

E-mail: buzanello@terra.com.br

4. COORDENAÇÃO

Coordenador do curso: Prof. Dr. José Carlos Buzanello

E-mail: buzanello@terra.com.br

José Carlos Buzanello <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=E428027>

Coordenadora de Tutoria: Sandra Lucia Bastos

Sandra Lucia Bastos

5. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO:

a) Período de Realização

Início da oferta de disciplina: 01/04/2013

Término do curso: 30/06/2014

b) Prazo máximo de entrega de monografia ou trabalho final (cf. Regimento geral): 90 dias

c) Carga Horária: Teórica: 420, Teórico-Prático: 90, que inclui o TCC. As aulas Práticas, como estudos de casos municipais, serão designadas pelo professor da disciplina.

d) Carga Horária de cada disciplina: 30 hora-aula, assim distribuída

TOTAL	E.P.	T	A.E.
30h	3h	12h	15h

E.P. (Encontro Presencial)

T (Tutoria)

A.E. (Auto-Estudo)

6. PÓLOS E VAGAS DE OFERTA DO CURSO:

a) Pólos: os pólos abaixo indicados no Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo estão credenciados como pólos regionais da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Nesses pólos haverá encontros, aulas e avaliações presenciais.

RJ	MIGUEL PEREIRA	50
	RESENDE	50
	SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA	50
	ITAPERUNA	50
SP	ARARAS	50
	FRANCA	50
	VOTORANTIM	50



b) Número de vagas: 350

c) Clientela-alvo: servidores públicos municipais, docentes e profissionais liberais.

II. APRESENTAÇÃO DO CURSO

O Departamento de Estratégia de Gestão ligado ao CCJP, criado em 2009, pelo Conselho Universitário possui as funções integradoras e suplementares das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão. Basicamente atua na área de ensino e começa a estruturar os projetos de pesquisas e de pós-graduação, contribuindo com as atividades acadêmicas do Curso de Administração Pública.

1. JUSTIFICATIVA PARA OFERTA DO CURSO

A importância do Curso fundamenta-se na necessidade de qualificar ainda mais o profissional de Gestão Pública Municipal e, por decorrência, a melhoria técnica da Administração Pública. Há uma demanda social crescente pela melhoria dos serviços públicos que se faz pela melhoria da qualidade dos agentes administrativos, razão e propósito desse Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal.

O intuito do Curso está em fortalecer a área de Administração Pública em nível de pós-graduação, para isso privilegia à reflexão teórica e genérica sobre a gestão municipal, mediante pesquisa aplicada, com vista: a) produção da monografia; b) produção de artigos para revistas especializadas ou publicação eletrônica.

O Curso permite ao agente administrativo a renovação do pensar e do agir na sua unidade de trabalho, como instrumento indispensável do retorno a realidade social, desta forma a Escola de Administração cumpre seu papel ao institucionalizar a pesquisa em Administração Pública, nesse caso, por meio da nova experiência de educação a distância.

2. OBJETIVOS

O curso tem por objetivo a qualificação de pessoal de nível superior visando ao exercício de atividades gerenciais e do Magistério Superior. Especificamente, pretende:

- Capacitar quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos;
- Capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica;
- Contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito municipal;
- Contribuir para que o gestor público desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas.

3. ESTUDO PRÉVIO DE DEMANDA

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, Estados-Membros e Municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Com a introdução de um Estado mais forte, porém menor, este reduz seu papel nacional-desenvolvimentista, que vigorou por meio século (ABRUCIO; COUTO, 1996; PINHO; SANTANA, 2001). Dentro da concepção neoliberal, a partir de 1990, a União passa a exercer as “verdadeiras” funções de Estado: regulação e indução.

Nesse sentido, os dois níveis governo subnacionais passam a assumir papéis complexos (antes exercido pela União), que exigem competências específicas de regulação e uma nova gestão de atividades essenciais, competências essas colocadas em segundo plano durante a fase desenvolvimentista. Segundo Pinho e Santana (2001), o esgotamento da capacidade de lidar com problemas complexos e extensos levou o governo central a transferir esses problemas para estados e municípios, sobretudo para os últimos, que adota o *welfarismo* municipal.

O desenvolvimento de uma sociedade mais justa, com melhor distribuição de renda e permanente geração de empregos, é consequência de uma série de fatores econômicos, sociais e políticos, sendo importantes às práticas de organização e administração do trabalho, adotadas na sociedade, no decorrer de seu processo de desenvolvimento, tanto na área pública quanto na área empresarial. Nesse sentido, o papel reservado aos Cursos de Especialização em Gestão Pública é de grande importância, na medida em que os agentes especialistas egressos (gestores e formuladores de políticas públicas) estarão capacitados a intervir na realidade social, política e econômica.

Em ambientes onde as mudanças ocorrem permanentemente e em grande velocidade, caracterizado ainda pela escassez de recursos e pelo alto nível de competitividade exigido pela sociedade contemporânea, exige-se que o profissional responsável pela condução das organizações públicas tenha desenvolvido sua criatividade, seu espírito crítico e a sua capacidade de produção de novos conhecimentos.

Aliada a esta "personalidade dinâmica e flexível" – traço essencial na garantia de um bom desempenho do profissional da gestão – é preciso, ainda, que o Gestor Público desenvolva uma "visão estratégica dos negócios públicos", o que pode ser obtido a partir do estudo sistemático e aprofundado das diversas áreas de ação no campo da Administração e da integração destas áreas em termos de conhecimento conceitual e analítico.

Deste modo, independente dos conhecimentos "comportamentais" e "de contexto", exige-se do Gestor Público, o domínio das principais técnicas gerenciais no campo organizacional, de seus "recursos" humanos, financeiros e de produção e de gestão pública, evidentemente referenciada em um compromisso ético com a construção de uma sociedade justa.

No campo organizacional e de seus recursos espera-se que o Gestor seja capaz de promover o equilíbrio entre os objetivos organizacionais, suas disponibilidades e os interesses e necessidades dos servidores e sociedade em geral. Para tal, exige-se que o Gestor seja capaz de pensar novas formas de organização (tanto nos seus aspectos estruturais como nos funcionais), compatíveis com um ambiente em que a participação no processo decisório e a crescente responsabilidade das organizações com o desenvolvimento humano parecem constituir-se em condições essenciais para a obtenção de sucesso.

Na área de estudos governamentais, é imprescindível que o Gestor seja capaz de conhecer os processos de formação e desenvolvimento do Estado em sua inserção no processo mais amplo da formação social, bem como a lógica e os procedimentos das ações administrativas governamentais, seja na área financeira e orçamentária, seja no processo de formulação e avaliação de políticas públicas em geral, não apenas de modo a cuidar da "coisa pública" de modo eficiente, mas, também, responsável, permitindo, assim, a manutenção de relações harmônicas entre o setor público, de um lado, e o privado e a sociedade civil organizada, de outro, no âmbito das responsabilidades sociais do Estado.

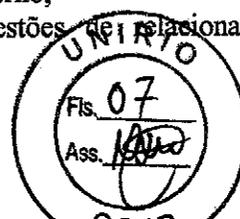
4. PÚBLICO ALVO

Os cursos destinam-se a portadores de diploma de curso superior que exercem atividades em órgãos públicos ou do terceiro setor ou que tenham aspirações ao exercício de função pública. Os objetivos de aprendizado para o estudante são os seguintes:

- a) Compreender os conceitos básicos e terminologias nas áreas funcionais chave de organizações do primeiro (Estado) e terceiro setores nas áreas: gestão, estratégia, operações, finanças públicas, recursos humanos e outras;
- b) Demonstrar habilidade para diagnosticar, analisar e oferecer soluções para situações organizacionais/empresariais complexas;
- c) Desenvolver habilidades-chave (comunicação oral e escrita, trabalho em equipe, liderança) requeridas para uma carreira gerencial de sucesso;
- d) Estar apto para fazer a integração das áreas funcionais do negócio para permitir tomadas de decisões acertadas para a organização como um todo.

Os Cursos permitirão o crescimento profissional e acadêmico do estudante por meio de:

- a) Orientação da habilidade do pensamento crítico para os problemas de governo;
- b) Desenvolvimento da habilidade de analisar estrategicamente as questões de relacionamento organização-ambiente ao invés de oferecer apenas soluções operacionais;



- c) Fortalecimento da habilidade de comunicação por meio de discussões presenciais e a distância (*chats*), estudo de *cases*, trabalhos escritos e apresentação presencial de seminários;
- d) Aumento da capacidade de liderança na organização através da participação em trabalhos em equipe;
- e) Ampliação da compreensão das variáveis ambientais que afetam a *performance* organizacional;
- f) Ênfase na natureza global do atual ambiente dos negócios e seu impacto sobre a tomada de decisão;
- g) Melhoria da habilidade de tomada de decisão em ambientes organizacionais mais complexos, por meio do uso de processos de simulação de situações estratégico-operacionais;
- h) Integração dos aspectos teóricos e práticos do negócio, através da elaboração de projetos e análise de *cases*.

O desenvolvimento de uma sociedade mais justa, com melhor distribuição de renda e permanente geração de empregos, é consequência de uma série de fatores econômicos, sociais e políticos, sendo importantes as práticas de organização e administração do trabalho, adotadas na sociedade, no decorrer de seu processo de desenvolvimento, tanto na área pública quanto na área empresarial. Nesse sentido, o papel reservado aos Cursos de Especialização em Gestão Pública é de grande importância, na medida em que os agentes especialistas egressos (gestores e formuladores de políticas públicas) estarão capacitados a intervirem na realidade social, política e econômica.

Em ambientes onde as mudanças ocorrem permanentemente e em grande velocidade, caracterizado ainda pela escassez de recursos e pelo alto nível de competitividade exigido pela sociedade contemporânea, exige-se que o profissional responsável pela condução das organizações públicas tenha desenvolvido sua criatividade, seu espírito crítico e a sua capacidade de produção de novos conhecimentos.

Aliada a esta "personalidade dinâmica e flexível" – traço essencial na garantia de um bom desempenho do profissional da gestão – é preciso, ainda, que o Gestor Público desenvolva uma "visão estratégica dos negócios públicos", o que pode ser obtido a partir do estudo sistemático e aprofundado das diversas áreas de ação no campo da Administração e da integração destas áreas em termos de conhecimento conceitual e analítico.

Deste modo, independente dos conhecimentos "comportamentais" e "de contexto", exige-se do Gestor Público, o domínio das principais técnicas gerenciais no campo organizacional, de seus "recursos" humanos, financeiros e de produção e de gestão pública, evidentemente referenciada em um compromisso ético com a construção de uma sociedade justa.

No campo organizacional e de seus recursos espera-se que o Gestor seja capaz de promover o equilíbrio entre os objetivos organizacionais, suas disponibilidades e os interesses e necessidades dos servidores e sociedade em geral. Para tal, exige-se que o Gestor seja capaz de pensar novas formas de organização (tanto nos seus aspectos estruturais como nos funcionais), compatíveis com um ambiente em que a participação no processo decisório e a crescente responsabilidade das organizações com o desenvolvimento humano parecem constituir-se em condições essenciais para a obtenção de sucesso.

Na área de estudos governamentais, é imprescindível que o Gestor seja capaz de conhecer os processos de formação e desenvolvimento do Estado em sua inserção no processo mais amplo da formação social, bem como a lógica e os procedimentos das ações administrativas governamentais, seja na área financeira e orçamentária, seja no processo de formulação e avaliação de políticas públicas em geral, não apenas de modo a cuidar da "coisa pública" de modo eficiente, mas, também, responsável, permitindo, assim, a manutenção de relações harmônicas entre o setor público, de um lado, e o privado e a sociedade civil organizada, de outro, no âmbito das responsabilidades sociais do Estado.





III. DISCIPLINAS E DOCENTES DO CURSO

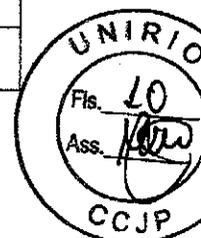
1. MÓDULOS E DISCIPLINAS

MÓDULOS		DISCIPLINAS	
MÓDULO BÁSICO	1	Introdução à Modalidade Ead	30
	2	Estado, Governo e Mercado	30
	3	O Público e o Privado na Gestão Pública	30
	4	O Estado e os Problemas Contemporâneos	30
	5	Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	30
	6	Planejamento Estratégico Governamental	30
	7	Desenvolvimento e mudanças no Estado Brasileiro	30
	8	Políticas Públicas	30
MÓDULO ESPECÍFICO	1	Metodologia da Pesquisa	30
	2	Elaboração e avaliação de projetos	30
	3	Gestão democrática e participativa	30
	4	Gestão de redes públicas e cooperação	30
	5	Processos Administrativos	30
	6	Gestão logística	30
	7	Gestão tributária	30
	8	Gestão do plano diretor municipal	30
	9	Monografia (TCC)	30

2. DOCENTES RESPONSÁVEIS

	DISCIPLINAS	Nome do Professor	Título	Departamento/ Centro a que esta vinculado	IES a que está vinculado
1	Introdução à Modalidade Ead	Joana Viana de Barros	Mestre	CEAD	UNIRIO
2	Estado, Governo e Mercado	Lier Pires Ferreira Junior	Doutor	Membro externo	IUPERJ/UCAM
3	O Público e o Privado na Gestão Pública	Ricardo Luis Sichel	Doutor	Direito Positivo CCJP	UNIRIO
4	O Estado e os Problemas Contemporâneos	Verônica Azevedo Wander Bastos	Mestre	Direito Positivo CCJP	UNIRIO
5	Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	Roberto Vianna da Silva	Mestre	CEAD	UNIRIO
6	Planejamento Estratégico Governamental	Cláudia Presotto	Mestre	Membro externo	UERJ
7	Desenvolvimento e mudanças no Estado Brasileiro	Janaina Machado Simões	Doutora	Membro externo	UFRRJ
8	Políticas Públicas	Cristiane Corrêa Batista Santos	Doutor	Ciência Política - CCJP	UNIRIO

1	Metodologia da Pesquisa	José Carlos Buzanello	Doutor	Estratégia de Gestão CCJP	UNIRIO
2	Elaboração e avaliação de projetos	Rossandro Ramos	Doutor	Estratégia de Gestão CCJP	UNIRIO
3	Gestão democrática e participativa	Marcos Fonseca da Rocha	Mestre	PGD-UERJ	UERJ
4	Gestão de redes públicas e cooperação	Luciano da Rocha Gerard	Especialista	Estratégia de Gestão CCJP	UNIRIO
5	Processos Administrativos	Antonio Rodrigues de Andrade	Doutor	Estratégia de Gestão CCJP	UNIRIO
6	Gestão logística	Arthur Luiz Santana Moreira	Mestre	Estratégia de Gestão CCJP	UNIRIO
7	Gestão tributária	Rodrigo Mendes Leal de Souza	Mestre	Membro externo	FGV BNDES
8	Gestão do plano diretor municipal	Marcos Fonseca da Rocha	Mestre	PGD-UERJ	UERJ



CORPO DOCENTE: Link para Lattes

Nome	Link para Lattes	Titulação
José Carlos Buzanello	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=E428027	Doutor
Lier Pires Ferreira Junior	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4728111U4	Doutor
Marcus Brauer Gomes	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4236677D9	Doutor
Ricardo Luis Sichel	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4594564T8	Doutor
Cristiane Corrêa Batista Santos	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4763338H7	Doutor
Marcos Fonseca da Rocha	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4723300A8	Doutor
Antonio Rodrigues de Andrade	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4717244P2	Doutor
Luciano da Rocha Gerard	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4594582P8	Mestre
Rossandro Ramos	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4751482Y0	Mestre
Rodrigo Mendes Leal de Souza	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4239454E5	Mestre
Veronica Azevedo Wander Bastos	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4412421U3	Mestre
Artur Luiz Santana Moreira	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4236283F3	Mestre
Roberto Vianna da Silva	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4253070Z2	Mestre
Cláudia Presotto	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4450290A6	Mestre
Janaina Machado Simões	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4706135Y1	Doutor
Joana Viana de Barros	http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4762646T6	Mestre

IV. EMENTAS DAS DISCIPLINAS

Disciplina 1	Introdução à Modalidade Ead
---------------------	------------------------------------

I Objetivos:

Possibilitar aos estudantes conhecimentos básicos sobre a concepção de um curso a distância.
 Possibilitar aos estudantes a utilização da plataforma eUni, estimulando-o a interagir com (no) ambiente virtual de aprendizagem e a compreender o funcionamento de suas ferramentas a partir de experiência prática.

II Ementa: Concepção da modalidade de ensino a distância. Noção de legislação da área. Apresentação do curso. Introdução ao ambiente virtual de aprendizagem (Plataforma eUni). Ambientação e utilização da plataforma eUni. Metodologia e especificidades da EaD. Critérios de avaliação. Orientações para o estudo autônomo.



III – Ementas - Tópicos

Conteúdos programáticos:

Apresentação do Curso

Marcos legais em EaD

Estrutura pedagógica do Curso

Ambientação e utilização da plataforma eUni

Metodologia e especificidades da EaD

Utilização dos canais de mediatização: interação com o professor-tutor

Composição da carga horária: atividades presenciais e a distância

Critérios de avaliação: avaliações a distância e presenciais

Orientações para o estudo autônomo: estabelecimento de uma rotina para a realização de atividades e cumprimento de prazos.

IV – Bibliografia Básica

KENSKI, V.M. Tecnologias e ensino presencial e a distância. Campinas: Papirus, 2003.

LEVY, P. Cibercultura. São Paulo: Ed. 34, 1999.

SILVA, M. Educação online: teorias, práticas, legislação e formação corporativa. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

V – Bibliografia Complementar

BRASIL. INEP. Resumo técnico- Censo da Educação Superior de 2009. Brasília, 2010

BRASIL. MEC. REFERENCIAIS DE QUALIDADE PARA CURSOS A DISTÂNCIA. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância, 2007.

Disciplina 2	Estado, governo e mercado
---------------------	----------------------------------

I – Objetivo: Essa disciplina enfoca as complexas relações entre Estado, governo e mercado nas sociedades capitalistas contemporâneas. Partindo das duas matrizes teóricas que explicam as relações entre Estado e sociedade no sistema capitalista – a liberal e a marxista – a disciplina analisa criticamente as diversas interpretações concorrentes e/ou sucessivas sobre as sempre tensas e dinâmicas relações entre Estado, governo e mercado.

II – Ementa – Fatos Geradores: Os atores envolvidos na esfera pública, sejam elas governantes, funcionários, fornecedores, clientes, beneficiários, usuários de serviços públicos ou agentes objetos da regulação estatal movem-se e posicionam-se no espaço público orientados por uma ou mais concepções teóricas concorrentes sobre as relações entre Estado, governo e mercado nas modernas sociedades capitalistas. Por essa razão, é fundamental aos gestores públicos, em exercício ou em formação – independentemente da esfera de governo em que atuem ou venham a atuar – conhecer os diferentes fundamentos e lógicas que orientam a ação dos agentes envolvidos (*stakeholders*).

III – Ementas - Tópicos

Relações entre Estado, governo e mercado na sociedade contemporânea, segundo as principais concepções e teorias: marxistas (Przeworsky, 1995) e liberais (Sartori, 1997).

Desafios teóricos e políticos colocados aos analistas e atores políticos pelas mudanças produzidas sob o capitalismo contemporâneo (Bobbio, 1983; Guiddens, 1996; Anderson, 1996).

IV – Bibliografia Básica

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (org.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 9-23.

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

BOBBIO, Norberto. Qual socialismo? São Paulo: Paz e Terra, 1983. “Quais as alternativas à democracia representativa? p. 55-74.

GUIDDENS, Anthony. Para além de esquerda e direita. São Paulo: UNESP, 1996. Introdução p. 9 -30.

HAM, Christopher; HILL Michael. O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno. Campinas, 1996. (tradução para o português de The policy process in the modern capitalist state. Londres,

1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp). Capítulos 2 e 3 (p. 39-91).
 O'DONNELL, G. Anotações para uma teoria do Estado. In: Revista de Cultura e Política, nº4, 1981.
 OSZLAK, O. Estado y sociedad: ¿nuevas reglas de juego? Reforma Y Democracia: Revista del CLAD. N.9 (Oct. 1997), p. 7-61
 PRZWORSKY, Adam. Estado e economia no capitalismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. Parte 3, "O governo do capital" - p. 87-115.
 SARTORI, Giovanni. A teoria da democracia revisitada. São Paulo: Ática, 1997. Cap. 6, "A democracia vertical", p.181-245.

V – Bibliografia Complementar

BOBBIO, Norberto & BOVERO, Michelangelo. Sociedade e Estado na filosofia política moderna. São Paulo: Brasiliense, 1987.
 CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
 DAHL, Robert. Um prefácio à teoria democrática. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989. Cap. 3 - A democracia poliárquica.
 GIDDENS, Anthony. O Mundo na Era da Globalização. Lisboa: Editorial Presença, 2000.
 OFFE, Claus. Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.
 POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
 SANTOS, Wanderley G. Ordem burguesa e liberalismo político. São Paulo: Duas Cidades, 1978. "A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa", pp.67-117.
 SARTORI, Giovanni. Teoria democrática. São Paulo: Fundo de Cultura, 1965. Cap. XV, "Liberalismo e democracia", p. 366-393.
 SCHUMPETER, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1984.
 WEBER, Max. Economia e Sociedade. Rio de Janeiro, LCT, 1998.
 WEFFORT, Francisco. Qual democracia? São Paulo: Cia das Letras, 1992. Cap. 7, "Democracia e socialismo", p.141-165.
 WEFFORT, Francisco. Marx: política e revolução. In: WEFFORT, F. (Org.) Os clássicos da política. Vol. 2. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1996. p. 225-277.

Disciplina 3	O Público e o Privado na Gestão Pública
---------------------	--

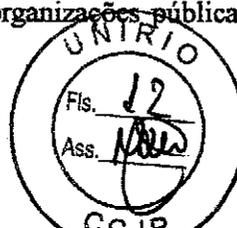
I – Objetivo: Essa disciplina tem por objetivo delimitar com clareza para o aluno as diferenças entre a esfera privada, que é âmbito de atuação por excelência do administrador de empresas, e a esfera pública, na qual se situa a Administração pública e age o gestor público.

II – Ementa – Fatos Geradores

Tradicionalmente, os poucos cursos de administração pública oferecidos no país partem do núcleo duro das teorias e disciplinas que compõem os currículos de administração de empresas, a ele acrescentando alguns outros temas e matérias mais diretamente ligados à gestão dos negócios públicos pelo Estado. Esse ponto de partida deixa de pôr suficientemente em relevo a diferença fundamental entre a esfera pública e a privada, da qual derivam todas as demais diferenças teleológicas, organizacionais e funcionais existentes entre as organizações do Estado e as da sociedade civil, sejam elas empresas, sindicatos e associações com ou sem fins lucrativos. Por ser essencial ao gestor público ter absoluta clareza dessa diferença, de forma a poder exercer adequadamente as suas funções e atribuições com as quais ele se encontra investido na qualidade de servidor público, é que esta disciplina foi inserida no módulo básico deste curso. Da precisa separação entre esfera pública e esfera privada, que remonta ao Direito Romano, mas que só recentemente adquiriu os seus contornos mais definidos nas sociedades contemporâneas do Ocidente, é que decorrem todas as demais diferenciações relevantes para o agente público: de um Direito Público e de um Direito Privado; a separação entre Estado e sociedade civil; a delimitação dos poderes dos governantes em relação ao conjunto do Estado e aos cidadãos.

III – Ementas – Tópicos

A dicotomia público-privado; a primazia do público sobre o privado; as fronteiras entre o público e o privado; as prerrogativas do Estado sobre os agentes privados; os direitos do cidadão e os deveres do estado; interesses privados e interesses coletivos; Instituição e organização; organizações públicas e organizações privadas.



O servidor como agente da ação do Estado; os diferentes agentes públicos e as suas formas de investidura; as prerrogativas do estado e as garantias do servidor; regime estatutário e regime contratual; vínculo estatutário e vínculo empregatício; cargo público e emprego no setor privado; A ética profissional do servidor público. Os princípios norteadores do serviço público – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; poderes e deveres do administrador público; dever de agir, dever de eficiência, dever de probidade, dever de prestar contas; poder disciplinar, poder de polícia, poder discricionário. As diversas organizações do terceiro setor e suas especificidades.

Globalização e neoliberalismo: desregulamentação, privatizações e abertura dos mercados de bens e de capitais; reorientação do papel do estado: da produção à regulação de bens e serviços; a defesa do interesse público na competição globalizada: Estado e agentes econômicos privados internacionais; Novos princípios de gestão pública: planejamento participativo; democratização do Estado; promoção da cidadania. a nova orientação estratégica de governo federal: inclusão social e redução das desigualdades; crescimento econômico com geração de emprego e renda; promoção da cidadania e fortalecimento da democracia.

IV – Bibliografia Básica

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 1, “A grande dicotomia: público/privado”, p. 13-31.

CARVALHO, Iuri M. O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado: parâmetros para uma reconstrução. In: Revista Diálogo Jurídico, nº 16, Salvador, 2007. Disponível em:

<http://www.direitopublico.com.br/pdf/PrincipiodaSupremacia_ULTIMAVERSAO.pdf>

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 14ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

NASCIMENTO, Márcio G. O controle da administração pública no Estado de Direito. Direitonet, 2005. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/x/20/23/2023/>>

PÓ, Marcos V. & ABRUCIO, Fernando L. Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras semelhanças e diferenças. In: RAP, nº 40 vol. 4, jul/ago 2006. p. 679-98.

V – Bibliografia Complementar

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BOBBIO, Norberto et al. Dicionário de política. Brasília: Ed. UnB. 1986.

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 3, “Estado, poder e governo”, p. 53-133.

BORÓN, A. Las 'reformas del estado' en América Latina: sus negativas consecuencias sobre la inclusión social y la participación democrática". In: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004.

BRESSER PEREIRA, L. A reforma do Estado nos anos 90: lógicas e mecanismos de controle. Brasília: Mare, 1997.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial, Revista do Serviço Público. Brasília: ENAP. Volume 120, n. 1, jan-abr, 1996.

DINIZ, Paulo. Responsabilidade Social Empresarial e Sociedade Política: elementos para um debate acerca da questão social no neoliberalismo. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais, Uberlândia, 2007. Capítulos 1 e 2. Disponível em: <http://www.cadtm.org/IMG/pdf/031227boron.pdf>

FIORI, José Luis. Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

HARVEY, D. (2006) "Neoliberalismo como destruição criativa". InterfaceEHS Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente. Disponível em:

HOBBS, Thomas. Leviatã: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat. Do Espírito das Leis. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

PAES DE PAULA, Ana. Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social. In: RAE, FGV, Volume 45 - Número 1 – Jan/Mar 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do Contrato Social. 4ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SAES, Décio. A política neoliberal e o campo político conservador no Brasil atual. In: República do capital – capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo, Bomtempo, 1998.



Disciplina 4 Estado e os problemas contemporâneos

I – Objetivo: O objetivo desta disciplina é, a partir da análise do contexto brasileiro atual, colocar em destaque problemas de natureza política, social e econômica cujo equacionamento não poderá ocorrer sem uma ativa participação do Estado; seja por intermédio de políticas públicas neles focalizadas, seja através da geração de um ambiente que permita um processo de negociação mais adequado entre os atores com eles envolvidos. Uma questão a tratar é o processo que parece estar ocorrendo de crescente apropriação do público pelo privado. Esclarecer as características desse processo e evidenciar os procedimentos envolvidos, a partir da consideração desse tipo de problemas, é um dos objetivos da disciplina.

II – Ementa – Fatos Geradores

Problemas de cunho sócio-econômico como os relacionados à distribuição de renda e riqueza, à geração de trabalho e renda, à inclusão social, à realização de reformas, ao aumento da transparência e da participação popular, serão, muito provavelmente, priorizados. As trajetórias das políticas públicas concernentes a esses problemas, e os efeitos da inclusão da agenda neoliberal no seu processo de elaboração, serão estudadas a partir dos instrumentos usualmente empregados para analisar a conjuntura: reformas e coalizões.

III – Ementa– Tópicos

Tema com abrangência nacional, regional ou local definido pela Coordenação do Curso.



IV – Bibliografia Básica

A ser complementada de acordo com o tema definido pela Coordenação do Curso.

KLIKSBERG, Bernardo. Falácias e mitos do desenvolvimento social. São paulo: Cortez ; Brasília: UNESCO, 2001. Cap. 3, "Como reformar o estado para enfrentar os desafios sociais do século XXI?", p.69-103.

ITUASSU Arthur & ALMEIDA Rodrigo (org.) O Brasil tem jeito? Vol.2: Educação, saúde, justiça e segurança. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

V – Bibliografia Complementar:

A ser complementada de acordo com o tema definido pela Coordenação do Curso.

INSTITUTO DNA BRASIL. 50 brasileiros param para pensar a vocação do país. São Paulo: Instituto DNA Brasil, 2005.

Disciplina 7 Desenvolvimento e mudanças no Estado Brasileiro

I – Objetivo: O objetivo desta disciplina é, a partir da análise do contexto brasileiro atual, colocar em destaque problemas de natureza política, social e econômica cujo equacionamento não poderá ocorrer sem uma ativa participação do Estado; seja por intermédio de políticas públicas neles focalizadas, seja através da geração de um ambiente que permita um processo de negociação mais adequado entre os atores com eles envolvidos.

Uma questão a tratar é o processo que parece estar ocorrendo de crescente apropriação do público pelo privado. Esclarecer as características desse processo e evidenciar os procedimentos envolvidos, a partir da consideração desse tipo de problemas, é um dos objetivos da disciplina.

II – Ementa – Fatos Geradores

Problemas de cunho sócio-econômico como os relacionados à distribuição de renda e riqueza, à geração de trabalho e renda, à inclusão social, à realização de reformas, ao aumento da transparência e da participação popular, serão, muito provavelmente, priorizados. As trajetórias das políticas públicas concernentes a esses problemas, e os efeitos da inclusão da agenda neoliberal no seu processo de elaboração, serão estudadas a partir dos instrumentos usualmente empregados para analisar a conjuntura: reformas e coalizões.

III – Ementa– Tópicos

Tema com abrangência nacional, regional ou local definido pela Coordenação do Curso.

IV – Bibliografia Básica



A ser complementada de acordo com o tema definido pela Coordenação do Curso.

KLIKSBERG, Bernardo. Falácias e mitos do desenvolvimento social. São paulo: Cortez ; Brasília : UNESCO, 2001. Cap. 3, "Como reformar o estado para enfrentar os desafios sociais do século XXI?", p.69-103.

ITUASSU Arthur & ALMEIDA Rodrigo (org.) O Brasil tem jeito? Vol.2: Educação, saúde, justiça e segurança. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

V – Bibliografia Complementar:

A ser complementada de acordo com o tema definido pela Coordenação do Curso.

INSTITUTO DNA BRASIL. 50 brasileiros param para pensar a vocação do país. São Paulo: Instituto DNA Brasil, 2005.

Disciplina 5	Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública
---------------------	--

I – Objetivo: Esta disciplina visa dotar os alunos de conhecimentos de natureza técnico-instrumental no âmbito da problemática da gestão estratégica, tática e operacional, com particular destaque para os elementos de recursos informacionais no contexto do desenvolvimento de sistemas de avaliação de desempenho mais eficazes.

II – Ementa – Fatos Geradores

Nos últimos anos, o uso de indicadores no sistema de gestão dos órgãos públicos difundiu-se no Brasil. Os órgãos de controle dos diferentes Poderes, como as controladorias e tribunais de contas, passaram a avaliar o desempenho dos programas e dos órgãos públicos com base não apenas na legalidade dos atos, mas nos indicadores de desempenho estabelecidos. Toda uma metodologia de elaboração e avaliação de indicadores foi e continua sendo desenvolvida, no Brasil e no mundo, e a sua utilização tornou-se obrigatória.

III – Ementa– Tópicos:

Avaliações – tipologias, sistemas, processos e requisitos de recursos informacionais;

Indicadores – conceitos, critérios, classificações e utilização;

Processo de elaboração – gestão do ciclo de vida, análise custo-benefício da produção e utilização de indicadores.

Indicadores brasileiros – bases de dados.

IV – Bibliografia Básica

GASPARINI, Liz V. L. Análise das inter-relações de indicadores econômicos, ambientais e sociais para o desempenho sustentável: um instrumento de monitoramento da sustentabilidade organizacional. Florianópolis : UFSC, 2003.

JANNUZZI, Paulo. M. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Alínea, 2001.

V – Bibliografia Complementar:

BOSCHILEA, Emilia C. Produção e utilização de indicadores: conceito e método. Curitiba: FGV-BSB, 1997.

CARDOSO, Regina L.S. Elaboração de indicadores de desempenho institucional e organizacional no setor público. São Paulo: CEPAM, 1999.

CARLEY, Michael. Indicadores sociais: teoria e prática. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

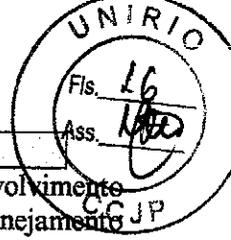
GUIMARÃES, José R.S.; JANNUZZI, Paulo M. Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas. In: XIV Encontro de Estudos Populacionais. Minas Gerais: ABEP, 2005.

JANNUZZI, Paulo M. Estimativa de demandas sociais para fins de formulação de políticas públicas municipais. In: Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 33.

MACHADO, Nelson. Sistema de informação de custo: diretrizes para integração ao orçamento público e à contabilidade governamental. Brasília: ENAP, 2005.

TAKASHINA, N; FLORES, M. Indicadores da qualidade e do desempenho: como estabelecer metas e medir resultados. Rio de Janeiro: Quality Mark, 1997.

TIRONI, L.F.; SILVA, L.C.E.; VIANA, S. M. et al. Critérios para a geração de indicadores de qualidade e produtividade no serviço público. Brasília: IPEA/MEFP, 1991 [Texto para discussão nº238]



Disciplina 6	Planejamento Estratégico Governamental
---------------------	---

I – Ementa: Introdução ao Planejamento Estratégico. Aspectos Gerais e Históricos. O Desenvolvimento Planejado. Evolução do Planejamento no Brasil. Abordagem Crítica do Modelo Brasileiro de Planejamento Governamental. Plano Plurianual.

II – Bibliografia Básica

- ALMEIDA Paulo R. A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica, 2004 (Mimeo).
- CRISTO, Carlos Manuel Pedroso Neves. Prospectiva estratégica: instrumento para a construção do futuro e para a elaboração de políticas públicas. In: Revista do Serviço Público, Ano 54, Número 1, jan-mar 2003.
- ETKIN, Jorge. Política, Gobierno y Gerencia de las Organizaciones. Buenos Aires, Prentice Hall, 2000.
- FISCHMANN, Adalberto A. e ALMEIDA, Martinho I. R. de. Planejamento Estratégico na Prática. São Paulo: Atlas, 1995.
- LIMA, Blanca Olias de (Coord). La Nueva Gestión Pública. Pearson Educación S. A. Madrid, 2001.
- MATUS Carlos. Adeus Senhor Presidente: governantes governados, São Paulo: Fundap, 1996. p.19-70.
- MATUS Carlos. O método PES. São Paulo: Fundap, 1995, pp.51-100.
- MINTZEMBERG, Henry. Ascensão e Queda do Planejamento Estratégico. São Paulo, Bookman, 2004. p.183-256.
- MINTZEMBERG, Henry. Safári de Estratégia. São Paulo: Bookman, 1999.
- MINTZEMBERG, Henry; Jan Jorgensen. Uma estratégia Emergente para la Política Publica. In: Gestión y Política Pública, vol. IV, num. 1, México, primer semestre de 1995.
- OLIVEIRA, Djalma de P. R. Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia, práticas. SP: Atlas, 1988

III – Bibliografia Complementar

- MATUS, Carlos. Política planejamento e governo. Brasília: IPEA, 1996.
- OLIVEIRA, José A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. In: RAP, Rio de Janeiro nº 40, v.1, Mar./Abr. 2006, pp.273-88.

Disciplina 8	Políticas Públicas
---------------------	---------------------------

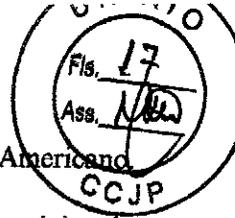
I – Objetivo: A disciplina apresenta esses dois enfoques do estudo das Políticas Públicas, mostrando como se deu a sua gênese e desenvolvimento, estabelecendo suas diferenças em termos de objeto, metodologia, viés ideológico, e explicitando as razões que fazem com que o Enfoque da Análise de Políticas seja mais adequado aos propósitos da Gestão Pública. Seu objetivo central é capacitar o aluno a perceber as duas faces da Política Pública: a de planejamento aparentemente racional e neutro realizado pelo Estado (*policy*) e a de resultante de ações dos atores políticos visando à defesa dos seus interesses e valores (*politics*). Para tanto, se apóia no estudo do ciclo da política ou do processo de elaboração da política pública, entendido como o conjunto dos momentos de formulação, implementação e avaliação, através de utilização de conceitos como conflito aberto, encoberto e latente, não-tomada de decisão, modelo cognitivo, política simbólica.

III – Ementa Tópicos

A análise de políticas públicas e seus problemas;
As mudanças na legislação e nas instituições de políticas sociais no Brasil; Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil. Estudos das novas responsabilidades e novas posturas que os governos municipais vêm assumindo quanto às políticas públicas. Estudo das experiências inovadoras que criam novas esferas públicas de negociação e de participação popular. Articulação e implementação nas dimensões locais e globais e os alcances e limites dos governos municipais. Controle e Avaliação das Políticas Públicas.

IV – Bibliografia Básica

- ARRETCHE, Marta T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. In: Rev. bras. Ci. Soc., Jun. 1999, vol.14, nº.40, p.111-141.
- COTTA, Tereza Cristina. Metodologia de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. In: Revista do Serviço Público, nº. 2, abr-jun 1998.
- COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, José Luis (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis, Vozes, 1999.
- DEMO, Pedro. Política Social, Educação e Cidadania. Campinas: Papirus, 1996.
- DERLIEN, Hans Ulrich. Una comparación internacional en la evaluación de las políticas públicas. In: Revista do Serviço Público, nº. 1, jan-mar 2001.

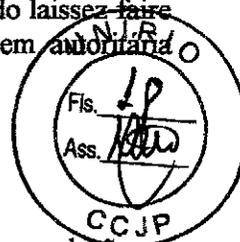


- DRAIBE, Sônia Miriam. *Qualidade de Vida e Reformas Sociais: O Brasil no Cenário Latino-Americano*. Lua Nova, nº. 31, 1993, p. 5-46.
- DRAIBE, Sônia Miriam. *Uma Nova Institucionalidade das Políticas Sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas e programas sociais*. In: *São Paulo em Perspectiva*. Vol. 11, nº. 4, out-dez 1997, p. 3-15.
- DUNN, William N. *Public Policy Analysis: An Introduction*. 3rd. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2004.
- DYE, Thomas R. *Understanding Public Policy*. 11th.ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2005.
- ELIAS, Paulo Eduardo. *Reforma ou Contra-Reforma na Proteção Social à Saúde*. Lua Nova, nº. 40/41, 1997, p.193-215.
- FAGNANI, Eduardo. *Política Social e Pactos Conservadores no Brasil: 1964-1992*. In: *Cadernos FUNDAP - Desafios da Gestão Pública Paulista*. São Paulo: Fundap, set-dez, 1996, p. 59 –102.
- GARCIA, Ronaldo Coutinho. *Subsídios para organizar avaliações da ação governamental*. In: *Revista Planejamento e Políticas Públicas*. Brasília: IPEA, nº. 23, jun 2001.
- LAURELL, Ana Cristina. *Para um novo Estado de Bem-Estar na América Latina*. Lua Nova, nº. 45, 1998, p. 187-204.
- LOBATO, Lenaura de Vasconcelos. *Reforma do Estado no Setor de Saúde no Reino Unido e nos Estados Unidos*. In: *Cadernos ENAP*, nº.13, 1997, p. 79-112.
- MELLO, Guiomar Namó. *Políticas Públicas de Educação*. In: *Estudos Avançados (USP)*, vol.5, nº. 13, 1991, p. 7-47.
- MENY, Ives e THOENIG, Jean-Claude. *Las Políticas Públicas*. Madrid: Ariel, 1992.
- MESA LAGO, Carmelo. *Desarrollo social, reforma del Estado y de la seguridad social, al umbral del siglo XXI*. In: *Revista del CLAD: Reforma y Democracia*. n. 15, outubro de 1999, p 7 – 70.
- MILANI, Carlos R.S. *Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política*. In: *Sociologias*, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 180-214.
- MISHRA, Ramesh. *O Estado-Providência na Sociedade Capitalista*. Portugal: Celta Editora, 1995.
- NUNES, Edson. *A Gramática Política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático*. Brasília: ENAP, 1997.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *Educação: Um caminhar para o mesmo lugar*. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). *O Desmonte da Nação: Balanço do Governo FHC*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 133-152.
- PATTON, Carl V.; SAWICKI, David S. *Basic Methods of Policy Analysis and Planning*. 2nd ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 1993.
- RICO, Elizabeth Melo (Org.). *Avaliação de Políticas Sociais*. São Paulo: Cortez, 1999.
- SAMPAIO Jr. Plínio de Arruda. *O impasse da “formação nacional”*. In: FIORI, José Luís (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SANTOS, Wanderley G. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 1 “Teoria social e análise de políticas públicas”, pp. 11-14, e cap. 2 “Legislação, instituições e recursos da política social brasileira”, p. 15-44
- SUBIRATS, Joan. *Análisis de políticas públicas y eficacia de la Administración*. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1994.
- VIANA, Ana Luiza. *Abordagens metodológicas em políticas públicas*. In: *Revista de Administração Pública*, vol. 30, nº. 2, mar-abr 1996, p. 5-43.

V – Bibliografia Complementar

- CAVALCANTI, Paula Arcoverde. *Sistematizando e comparando os Enfoques de Avaliação e Análise de Políticas Públicas: uma contribuição para a área educacional*. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- FREY, Klaus. *Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes á prática da análise de políticas públicas no Brasil*. In: *Revista de Sociologia e Política*, v.17, n.15, nov, 2000.
- HAM, Cristopher; HILL Michael. *O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno*. Campinas, 1996. (tradução para o português de *The policy process in the modern capitalist state*. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp).
- ROTH, André-Noël. *Políticas Públicas: formulación, implementación y evaluación*. Bogotá: Ediciones Aurora, 2006.

SANTOS, Wanderley G. Cidadania e justiça. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 4 "Teoria do laissez-faire repressivo à cidadania em recesso", p. 71-82, e cap. 5 "Acumulação e equidade na ordem amorfa brasileira", p. 83-123.



Disciplina 9	Metodologia da Pesquisa
---------------------	--------------------------------

I – Objetivo: Essa disciplina enfoca as complexas relações entre Metodologia da Pesquisa na produção do saber, tais como: 1) Compreender a dimensão teórica da construção do conhecimento científico e a importância do planejamento dos estudos para um desempenho acadêmico satisfatório. 2) Conhecer as técnicas necessárias a atividade de pesquisa científica, compreendendo as noções básicas para a realização de monografia jurídica. 3) Possibilitar ao aluno a compreensão dos conceitos básicos introdutórios para estruturação e elaboração de projetos de pesquisa.

II – Ementa – Fatos Geradores

Os atores envolvidos na esfera pública, sejam elas governantes ou funcionários operam com métodos. O método nas ciências sociais. Metodologia e prática da pesquisa em ciências sociais. Projeto de pesquisa. Tipos de pesquisas. A elaboração do projeto de pesquisa. A elaboração do projeto de pesquisa. Planejamento de pesquisa experimental. Planejamento de pesquisa bibliográfica. A pesquisa jurídica: planejamento e método..

III – Ementas - Tópicos

Metodologia básica das ciências sociais, com ênfase na lógica da pesquisa. Critérios de cientificidade do conhecimento. Conceito e estruturação de uma pesquisa: a construção do objeto. O tema da pesquisa, o problema, a hipótese, os procedimentos de investigação e instrumentos de coletas de dados. Análise qualitativa e quantitativa dos dados. Tipos e normas técnicas de investigação. Características do Trabalho Científico, investigação e fundamentos básicos para elaboração de projetos de pesquisa: justificativas, escolha do assunto, formulação da situação problema, formulação da hipótese ou questão a ser investigada, proposta metodológica, características do estudo. Fundamentos básicos para elaboração da pesquisa e do relatório. Elaboração do trabalho científico. Implicações de diferentes estratégias metodológicas na condução da pesquisa.

IV – Bibliografia Básica

ANDRADE, Maria Margarida. *Introdução à metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas, 2006.
DEMO, Pedro. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. São Paulo: Cortez, 2006
LEITE, Eduardo de Oliveira. *Monografia jurídica*. 7. ed. São Paulo: RT, 2006.

V – Bibliografia Complementar

BASTOS, Cleverson. KELLER, Vicente. *Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica*. Petrópolis: Vozes, 2002.
LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2008.
SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2007.
BRUYNE, Paul de. *Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais: Os Pólos da Prática Metodológica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
CARDOSO, Ciro Flamarion. *Os Passos da Pesquisa Histórica*. In: *Uma Introdução à História*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
FRIGOTTO, Gaudêncio. *O "Enigma" da Teoria nas Pesquisas e Análises da Relação Trabalho-Educação: Pontos para Debate*. Niterói: UFF - Revista da Faculdade de Educação, No. 14, jan/jun. 1989.
PINTO, Álvaro Vieira. *Ciência e Existência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

Disciplina 10	Elaboração e Avaliação de Projetos
----------------------	---

I – Ementa: O papel do município no desenvolvimento local. Conteúdo de um projeto. Estudo de demanda. Métodos e técnicas utilizados na avaliação econômica e social de projetos. Avaliação do risco e do retorno dos projetos. Análise de custos futuros gerados pelo projeto. Tomada de decisão de investimentos. Captação

de recursos. Gestão de projetos: planejamento do projeto; escopo do projeto; definição de tempo e recursos; gestão da qualidade; gestão da equipe; controle e avaliação; relatório final.



II – Bibliografia

- BUARQUE, Cristovam. Avaliação econômica de projetos. Rio de Janeiro: Campus, 1984.
COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de projetos sociais. Petrópolis: Vozes, 2001.
MELNICK, Julio. Manual de projetos de desenvolvimento econômico (Nações Unidas). Rio de Janeiro: Unilivros, 1981.
POMERANZ, Lenina. Elaboração e análise de projetos. São Paulo: Hacitec, 1985.

Disciplina 11	Gestão Democrática e Participativa
----------------------	---

I – Ementa

O orçamento como instrumento de gestão municipal. Breve histórico do orçamento público. O orçamento na Constituição Federal: princípios orçamentários; vedações constitucionais; instrumentos de gestão orçamentária: PPA, LDO e LOA. PPA e sua função de macro-planejamento. LDO e sua função regulatória. LRF e a consolidação de vínculos entre os instrumentos de gestão. LOA e a materialização das políticas de governo. O orçamento na Lei Orgânica do Município. Despesas públicas: conceitos e classificações orçamentárias.

Fundamentos filosóficos, políticos e legais da gestão democrática no município. Princípios, processos e mecanismos da gestão democrática e participativa. Relações da administração pública com os Conselhos Municipais. Relações entre gestão democrática e diferentes mecanismos e processos de participação social na gestão dos serviços municipais. Metodologias de intervenção / participação dos Conselhos Municipais, instituições e movimentos sociais no planejamento municipal. Discutir o significado da política de controle social, em articulação direta com as instâncias de participação popular: Conselhos Estaduais de Saúde e Conselhos Municipais com Conselhos Populares, bem como visualizar os instrumentos de controle ditos oficiais: Tribunal de Contas e Ministério Público, detalhando seus papéis e definindo estratégias de atuação da gestão das políticas públicas de estado, para, conseqüentemente, estabelecer uma melhoria da prática e do exercício do controle social.

II – Bibliografia

- BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e des-consolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. In: São Paulo em Perspectiva, 2001, vol.15, n. 4.
Cartilha do Orçamento - ENAP
Giacomoni, James. Orçamento Público. São Paulo: Atlas, 2005.
DINIZ, E. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, E. AZEVEDO, S. (Org.). Reforma do Estado e democracia no Brasil. Brasília: Ed. da UnB, 1997
GOULART, Jefferson O. Orçamento participativo e gestão democrática no poder local. In: Revista de Cultura e Política, 2006, vol., n. 69.
LAMOUNIER, B. e SOUZA, A. de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. In: Dados, v.34, n.3, 1991, p.311-348.
SCHMITTER, P. Dangers and dilemmas of democracy. In: Journal of Democracy, v.5, n.2, 1994.
VIANA, O. Problemas de organização e problemas de decisão: o povo e o governo. Rio de Janeiro: Record Cultural, 1974.
Lei Orgânica do Município – dispositivos sobre tributação e orçamento.

III - Bibliografia Complementar

- Garcia, Ronaldo C. Subsídios para Organizar as Avaliações da Ação Governamental. Brasília: IPEA, 2001. [Texto para Discussão n. 776].
ARRETICHE, Marta (2004). Federalismo e Políticas Fiscais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. In: São Paulo em Perspectiva, 18(2), 2004. p. 17-26. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000200003&lng=pt&nrm=iso>
Souza, Celina (2001). Construção e Consolidação de Instituições Democráticas: papel do orçamento participativo. In: São Paulo em Perspectiva, Dez 2001, vol.15, nº 4, pp. 84-97.

Freitas, Mário S. N. (200). Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica. In: Bahia Análise e Dados. Salvador, v. 12, n. 4, pp. 9-24, março 2003. Disponível em http://wi.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sci/bahia_analise/analise_dados/pdf/financas/pag_09.pdf

Lei nº 4.320/1964

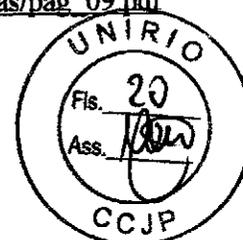
Lei Complementar nº 101/2000

Lei nº 10.180/2001

Lei do PPA municipal

Lei de Diretrizes Orçamentárias do município

Lei Orçamentária Anual do município



Disciplina 12	Gestão de Redes Públicas e Cooperação
----------------------	--

I – Ementa

Desenvolvimento regional. Conceito e organização de redes. Estrutura, funcionamento e propriedades das redes. A colaboração entre estados e prefeituras para buscar ação grupal com vistas ao desenvolvimento sustentável, à preservação ecológica, o respeito cultural e à equidade social. A transmissão do capital social (ou doenças transmissíveis) nas redes comunitárias. A estrutura ou a arquitetura mais eficiente para uma rede de organizações. Consórcios intermunicipais. Casos de redes estaduais e municipais. Alianças e parcerias. Concessões, PPPs, Consórcios.

Tópicos: Conceito de Software Livre e sua importância para a administração pública, Governo Eletrônico; Padrão de Interoperabilidade - e-ping, Padrão de acessibilidade - e-mag, Desenvolvimento tecnológico colaborativo/Softwares Públicos - 4CMBR, Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, Elaboração de Projetos e Financiamento, Telecentros - Infra estrutura e softwares

II – Bibliografia

BAKER, Wayne. The network organization in theory and practice. In: NOHRIA, Nitin; ECCLES, Robert G.(ed.). Networks and organizations: structure, form, and action. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 1992, p. 397-429.

CASSIOLATO, J.E. ; LASTRES, H.M.M. (Coords.) Arranjos produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

MEYER-STAMER, Jörg. Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, políticas de localização e competitividade sistêmica. Fundação Friedrich Ebert Stiftung. Policy Paper n. 28 setembro de 2.001, São Paulo, 2001.

MILES, Raymond E. & SNOW, Charles C. Network organizations: new concepts for new forms. In: California management review. California, Vol. XXVIII, Nº. 3, p. 62-73, spring 1986.

TEIXEIRA, Francisco (Org). Gestão de Redes de Cooperação Interempresariais. São Paulo: Casa da Qualidade, 2004.

Bibliografia Complementar:

BASIC, Nicolas Michel. O Software Livre Como Alternativa ao Aprisionamento Tecnológico Imposto pelo Software Proprietário. Dissertação de Mestrado em Economia: Unicamp, 2003.

BRASIL, Comitê Executivo de Governo Eletrônico. e-PING - Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico versão 4.0. Brasília, 2008.

BRASIL, Departamento de Governo Eletrônico. Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico - versão 2.0. Brasília, 2010.

BRASIL, Instituto de Tecnologia da Informação. O Software livre nas prefeituras brasileiras: novas alternativas para a informatização da administração pública, Relatório de pesquisa, Brasília, 2004. Disponível on-line:< <http://wiki.softwarelivre.org/bin/view/Prefeituras/PublicacaoPesquisa> > Acesso em 15/maio/2009

Disciplina 13	Processos Administrativos
----------------------	----------------------------------

I – Ementa

Esta disciplina visa dotar os alunos com conhecimentos de natureza técnica instrumental, no âmbito da problemática do funcionamento organizacional com particular destaque para os elementos de natureza gerencial, o contexto do desenvolvimento de uma governança auto-sustentável face à valorização dos ambientes externos das organizações e à necessidade de incorporação do esquema conceitual normativo – descritivo da administração. As principais áreas são: instituições e organizações: variáveis descritivas e perfis; planejamento: objetivos, processos decisórios, políticas, diretrizes, planos e programas; organização: divisão do trabalho; visão funcional; visão processual, estruturas organizacionais matriciais e em redes; tópicos de comportamento organizacional: perspectivas meso e micro; liderança, conflitos e motivação e o processo de gestão: a gestão do desempenho, e avaliação custo-benefício.

II - Bibliografia Básica

ROBBINS, Stephen P. O Processo Administrativo: integrando teoria e prática. São Paulo, Atlas 1981.

III - Bibliografia complementar

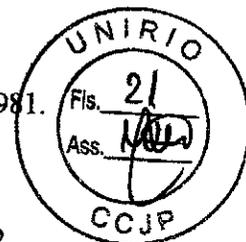
CORREA, Henrique L.; CAON, Mauro. Gestão de Serviços. São Paulo: Atlas, 2002.

DAFT, Richard L. Organizações: Teorias e Projetos. São Paulo: Pioneira Thonson Learning, 2002.

FOUNTAIN, Jane E. Construindo um Estado Virtual. Brasília: ENAP, 2005.

GALDSMITH, Stephen; EGGERS, William D. Governar em Rede: O novo formato do setor público. Brasília: ENAP, 2002.

MACHADO, Nelson. Sistemas de informação de Custo: Diretrizes para Integração ao Orçamento Público e a Contabilidade Governamental.



Disciplina 14	Gestão Logística
----------------------	-------------------------

I – Ementa

Introdução a Logística. Caracterização das Atividades Primárias e Secundárias da Logística. Nível de Serviço Logístico. Gestão de Compras. Gestão de Estoques. Processo de Negociação com Fornecedores.

II – Bibliografia

ARNOLD, J. R. Tony. Administração de materiais. São Paulo: Atlas, 2002.

BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: Planejamento, organização e logística empresarial. Porto Alegre: Bookman, 2001.

BOWERSOX, D. J. CLOSS, D. J. Logística Empresarial – o processo de integração da cadeia de suprimento. São Paulo: Atlas, 2001.

CHRISTOPHER, Martin. O Marketing da Logística. São Paulo: Futura, 1999.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais. São Paulo: Saraiva, 2002.

VIANA, João José. Administração de Materiais: um enfoque. São Paulo: Atlas, 2001.

DIAS, Marcos Aurélio P. Administração de Materiais. São Paulo: Atlas, 1996;

NOVAES, Antônio Galvão. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição: Estratégia, Operação e Avaliação. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001.

III - Bibliografia complementar

ARAÚJO, J. S. de. Administração de materiais. São Paulo: Atlas, 1997.

ARAÚJO, J. S. de. Administração de compras e armazenamento. São Paulo: Atlas, 1998.

ARAÚJO, J. S. de. Almoxarifados: Administração e organização. São Paulo: Atlas, 1981.

BALLOU, Ronald H. Logística Empresarial – São Paulo. Atlas, 1993.

BRASIL. Constituição da Republica Federativa do Brasil (CF/88). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

BRASIL. Lei de Licitações 8.666/93. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

BRASIL. Lei 101/2000de Responsabilidade Fiscal (CF/88). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

DIAS, M. A. P. Administração de materiais: uma edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.

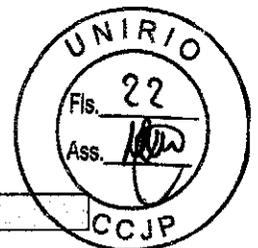
DIAS, M. A. P. Administração de materiais: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas 1998.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. São Paulo: Atlas, 2003.

KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: Teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Lino Martins da. Manual de Contabilidade Pública: Um Enfoque Administrativo. São Paulo: Atlas, 2004.

ROSA, Márcio Fernando Elias. Direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2006.



Disciplina 15	Gestão Tributária
----------------------	--------------------------

I – Ementa

Tributo: conceito e espécies. O sistema tributário e os princípios constitucionais. Lei Complementar e normas de Direito Tributário. Vigência, aplicação e interpretação. Obrigação tributária. A regra matriz de incidência tributária. Lançamento tributário. Responsabilidade Tributária. Imunidade, isenção, anistia e remissão. Infrações, sanções e crimes tributários. Tributos em espécie: IPTU, ISS, ITBI, TFE, TFA, TRSD, TRSS, FISLURB, taxas de polícia diversas, contribuição de melhoria, contribuição para custeio de iluminação pública. Processo administrativo e judicial tributário. O sistema de gestão tributária do município. Sistema de tecnologia de informação e comunicação (TIC). Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Cadastramento de contribuintes. Atualização cadastral. Planejamento da ação fiscal. Emissão de autos de infração e a gestão de recursos administrativos. Acompanhamento e controle da receita própria municipal.

II – Bibliografia

- BULGARELLI, W. Sociedades comerciais. 9. ed., São Paulo: Atlas, 2000.
 CARVALHO, Fábio Junqueira, MURGEL, Maria Isabel. Mini Reforma Tributária: Reflexões Sobre a lei nº 10.637/2002. São Paulo: Mandamentos, 2003.
 DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2000.
 FABRETTI, L. C. Prática tributária da micro e pequena empresa. São Paulo: Atlas, 2003.
 HARADA, Kiyoshi. Direito tributário municipal: sistema tributário municipal. São Paulo: Atlas, 2005.
 MEIRELLES, Ely Lopes. 1993. Direito Municipal Brasileiro. São Paulo, Malheiros, 2002.
 OLIVEIRA, Regis Fernandes de. Receitas Não Tributárias: Taxas e Preços Públicos. São Paulo: Malheiros, 2003.
 PAULSEN, Leandro. Impostos: Federais, Estaduais e Municipais. 1 ed. São Paulo: Livraria do Advogado, 2004.
 TÔRRES, Heleno Taveira (Coord.). Leis Complementares em Matéria Tributária. São Paulo: Manole, 2003.

Disciplina 16	Gestão Municipal e Plano Diretor
----------------------	---

I – Ementa

Plano Diretor: Base Conceitual e Princípios. Produção do Espaço Urbano. O que é um Plano Diretor. Por que elaborar um Plano Diretor? O quadro urbano atual. O Prognóstico da omissão (o custo de não fazer). Histórico do planejamento no Brasil: expressão territorial da desigualdade. Legislação aplicável: Constituição Federal, Lei Federal 6766/79, Código Florestal, Lei Federal 9433/97 e leis estaduais relacionadas a recursos hídricos, legislação de proteção aos mananciais, Constituição Estadual, Lei Orgânica Municipal. Planejamento participativo: construir cidades melhores e mais justas. A obrigatoriedade do Plano Diretor para os municípios (PDM). Responsabilidade do Poder Público: Poder Executivo e da Câmara Municipal. Gestão e alterações no PDM.

II – Bibliografia

- PASCUAL, J. La estrategia de las ciudades. In: Los planes estratégicos como instrumento: Métodos, técnicas y buenas prácticas. Barcelona: CIDEU - Centro Iberoamericano de Desarrollo Estratégico Urbano, 1999.
 REZENDE, D. A.; CASTOR, B. V. J. Planejamento estratégico municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas. Rio de Janeiro: Brasport, 2005.
 RIBEIRO, L. C. Q.; CARDOSO, A. L. Plano diretor e a gestão democrática da cidade In: Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2003.
 VAINER, A.; ALBUQUERQUE, J.; GARSON, S. Manual de elaboração: o passo a passo da elaboração do PPA para municípios. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2005.
 VILLAÇA, F. Dilemas do plano diretor. In: O município no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo: FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA - CEPAM, 1999.

V. METODOLOGIA DE ENSINO

Deve incorporar a compreensão de que o próprio currículo e o próprio conhecimento devem ser vistos como construções e produtos de relações sociais particulares e históricas e, ainda, que deve ser orientado numa perspectiva crítica onde ação-reflexão-ação se coloquem como atitude que possibilite ultrapassar o conhecimento de senso comum, três conceitos são escolhidos para servir não só de elo entre as diferentes áreas e os diferentes núcleos de conhecimento, mas também de fio condutor para base metodológica do curso, a saber:

Historicidade é vista como característica das ciências. Através desse conceito espera-se que o estudante perceba que o conhecimento se desenvolve, é construído, num determinado contexto histórico/social/cultural/ e, por isso mesmo, sujeito às suas determinações. O desenvolvimento do conhecimento, por ser processual, não possui a limitação de início e fim, consubstanciando-se num *continuum* em que avanços e retrocessos se determinam e são determinados pelas condições histórico-culturais em que as ciências são construídas;

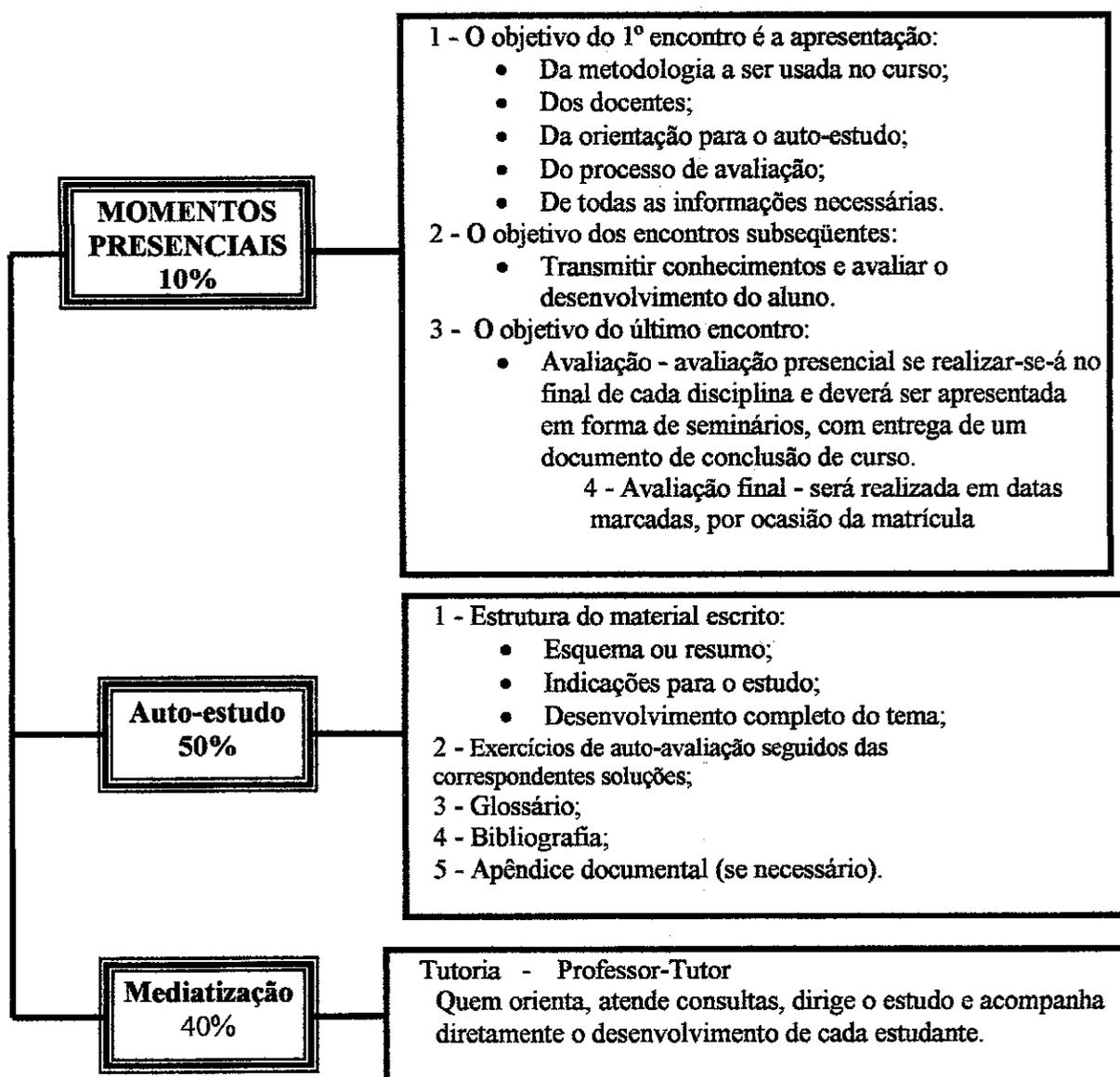
Construção é outro conceito que perpassa todas as áreas e núcleos de conhecimento do curso, para que o estudante reforce sua compreensão de que, se os conhecimentos são históricos e determinados, eles são resultados de um processo de construção que se estabelece no e do conjunto de relações homem/homem, homem/natureza e homem/cultura. Essas relações, por serem construídas num contexto histórico e culturalmente determinadas, jamais serão lineares e homogêneas e que ele, estudante deve se imbuir do firme propósito de transformar-se num profissional que não só aplica conhecimentos, mas também que produz conhecimentos;

Diversidade é importante que o estudante compreenda como as diferentes abordagens determinam posicionamentos político na ação administrativa.





1. ESTRUTURA PEDAGÓGICA:



Fonte: CASTRO. Ana de Lourdes Barbosa. Processo de desenvolvimento dos Cursos a Distância e Presenciais. Anais da II jornada de Educação a Distância do Mercosul. Fortaleza, 1988.

2. Avaliação de desempenho do aluno no curso

- (x) Prova
- (x) Seminário
- (x) Trabalhos finais de disciplinas
- (x) Trabalho de Conclusão de Curso

2. Sobre o Processo Seletivo:

Inscrição para seleção: Edital

Preenchimento de formulário de inscrição para processo seletivo do curso de Pós-Graduação de interesse do candidato (conforme modelo anexo).

Processo de seleção:

Período: janeiro/fevereiro de 2013

Forma adotada: (x) Análise do " curriculum vitae"

Comissão de seleção: A seleção de candidatos ao Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão Pública Municipal será feita pela Comissão Examinadora designada pelo Coordenador de Curso.

VI. ANEXOS

- 1) Ata do Departamento (aprovando o curso e a participação dos docentes envolvidos) e ou da Escola
- 2) Ata do Conselho de Centro
- 3) Sobre Convênio: o Curso é realizado em Convênio com a Universidade Aberta do Brasil, que financia o curso que é ofertado gratuitamente pela universidade.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS
DEPARTAMENTO DE ESTRATÉGIAS DE GESTÃO

Ata de reunião do Departamento de Estratégias de Gestão realizada às nove horas do dia vinte e oito de fevereiro de 2013, na sala dos professores do CCJP. Participaram da mesma os professores Benedito da Fonseca e Souza Adeodato, Artur Luiz Santana Moreira, Marcus Brauer Gomes, Mariângela Ariose, Luis Fernando Filardi Ferreira, Luciano da Rocha Gerard, Rossandro Ramos, Lucas Azeredo da Silva Teixeira, Marcelo Motta Veiga, João Gualberto Salles Teixeira de Mello, Raquel Barbosa Moratori, José Geraldo Barbosa, José Carlos Buzanello, e Eduardo Espíndola Halpern, para tratar dos seguintes pontos de pauta: **1) Relato dos documentos faltantes nos processos de estágios probatórios de professores que se encontram nesta situação pelo Professor Luciano Gerard; 2) Relato dos trabalhos de revisão do Projeto Político Pedagógico do curso de Administração pelo Professor Marcelo Motta Veiga; 3) Definição dos critérios de pontuação para as provas de títulos dos cinco concursos para professor permanente que estão em andamento no âmbito do Departamento; 4) Orientação do trabalho de confecção da grade de horários para 2013/1; 5) Aprovação de Pós-Graduação a Distância em Gestão Municipal; 6) Aprovação de Pós-Graduação a Distância em Gestão de Saúde; 7) Definição final da composição das bancas para os concursos de professores em andamento no âmbito do Departamento; 8) Relato do andamento dos trabalhos de conclusão de curso da turma de oitavo período pelo Professor Lucas Azevedo; e 9) Escolha de um professor para substituir o Prof Marcelo Mota Veiga na Câmara Técnica de Pesquisa da UNIRIO. Sobre o **primeiro ponto da pauta**, foi dado o prazo até 30MAR2013 para que os professores em estágio probatório agendem reuniões individuais com o Prof. Luciano Gerard e complementem a documentação faltante em seus processos. Sobre o **segundo ponto da pauta**, o professor Marcelo Motta Veiga relatou que os trabalhos de revisão do PPP do curso de Administração avançarão mais rapidamente após tirar algumas dúvidas com a Procuradoria e com o Departamento de Sistemas da Universidade. Sobre o **terceiro ponto da pauta**, foram discutidos os principais aspectos a serem incluídos nas provas de títulos dos concursos em andamento no âmbito do Departamento. Os Professores Marcus Brauer e Marcelo Motta Veiga farão a compilação final deste trabalho e entregarão à Chefia do Departamento no dia 10MAR2013. Uma cópia deste documento será entregue a cada candidato no dia da prova escrita mediante recibo. Sobre o **quarto ponto da pauta**, o Professor Rossandro intensificará os trabalhos de consultas aos professores para fechamento da grade de horários, procurando manter as disciplinas de um mesmo período em um mesmo turno e fazendo com que as disciplinas de quatro tempos sejam ministradas em dois dias distintos. Até dia 10MAR2013, o Prof. Rossandro apresentará um resultado preliminar desse trabalho ao Chefe de Departamento para que sejam emitidos memorandos de solicitação de Professores a outros Departamentos. Sobre os **quinto e o sexto pontos da pauta**, foram aprovados por unanimidade os dois cursos de pós-graduação a distância propostos pelos respectivos coordenadores, Professores Buzanello e Marcus Brauer, e que estão com seus inícios previstos para abril de 2013. Sobre o **sétimo ponto da pauta**, foram definidas as seguintes bancas dos concursos de professores incluídos no edital 10 de 2013: **Vaga 1 - Classe: Professor Auxiliar, nível 1 (01 vaga), Reg.Trab.: 20 horas****

Benedito F. Adeodato
Diretor da Escola de Administração
Pública - CCJP/UNIRIO
Matr. SIAPE nº 01277



semanais, Área/Disciplinas: Administração / Pesquisa Operacional / Administração da Produção / Administração da Cadeia de Suprimentos. Membros efetivos: Marcus Brauer Gomes (Presidente); Eduardo Espíndola Halpern; e Natalie Goltsman Moreno (IBMEC). Membros suplentes: Marcelo Motta Veiga; Luis Fernando Filardi Ferreira; e Benedito da Fonseca e Souza Adeodato. **Vaga 2** – Classe Professor Auxiliar, nível 1 (01 vaga), Reg. Trab.: 20 horas semanais, Área/Disciplinas Ciências Contábeis / Auditoria / Contabilidade Pública / Contabilidade Empresarial. Membros efetivos: Benedito da Fonseca e Souza Adeodato (Presidente); Francisco José dos Santos Alves (UERJ); Délio Vargas Vieira (UFRJ); e Rossandro Gomes. Membros suplentes: José Carlos Buzanello; Raquel Barbosa Moratori; e Jorge de Paula Costa Avila. **Vaga 3** - Classe: Professor Auxiliar, nível 1 (01 vaga), Reg.Trab.: 20 horas semanais, Área/Disciplinas: Administração / Administração de Sistemas da Informação / Gestão de Processos e Negócios / Sistemas da Informação Gerencial. Membros efetivos: Eduardo Espíndola Halpern (Presidente); Marcus Brauer Gomes; Luiz Magalhães Osório (IBMEC). Membros suplentes: Rossandro Ramos; Carlos Delamare Bastian Pinto (IBMEC); e Benedito da Fonseca e Souza Adeodato. **Vaga 4** - Classe: Professor Auxiliar, nível 1 (01 vaga), Reg. Trab.: 40 horas semanais, Dedicção Exclusiva, Área/Disciplinas: Administração / Introdução à Administração / Teoria Geral da Administração. Membros efetivos: Marcelo Motta Veiga (Presidente); Ruy Afonso de Santacruz Lima (UFF); José Carlos Buzanello e José Paulo Martins Junior. Membros suplentes: Rossandro Gomes; Ronaldo de Souza Leite Chataignier (UERJ); e Benedito da Fonseca e Souza Adeodato. **Vaga 5** – Classe: Professor Auxiliar, nível 1 (01 vaga), Reg. Trab.: 20 horas semanais, Área/Disciplinas: Administração / Administração Financeira / Matemática Financeira. Membros efetivos: Luis Fernando Filardi Ferreira (Presidente); Roberto Marcos da Silva Montezano (IBMEC); e Rossandro Gomes. Membros suplentes: Carlos Delamare Bastian Pinto (IBMEC); Jorge de Paula Costa Avila; e Benedito da Fonseca e Souza Adeodato. Sobre o **oitavo ponto da pauta**, o Professor Lucas relatou que apenas cerca de 50% dos alunos matriculados no TCC entregaram a documentação relativa ao compromisso de orientação de seus orientadores. O Colegiado demonstrou preocupação com o aparente atraso nos trabalhos dos alunos. O Professor Benedito Adeodato afirmou que irá se reunir com os alunos que estão cursando o TCC para alertá-los para o risco de reprovação e verificar quais são as dificuldades que estão enfrentando para tentar contorná-las. Sobre o **nono ponto da pauta**, foi eleito por unanimidade o Professor José Carlos Buzanello para representar o Departamento na Câmara Técnica de Pesquisa da Universidade. Em **outros assuntos**, definiu-se que: a) Os professores Raquel Barbosa Moratori, Luis Fernando Filardi Ferreira e Jorge de Paula Costa Avila comporão a Comissão de Recursos dos concursos relativos às vagas 3 e 4 acima. b) os professores Eduardo Espíndola Halpern, Marcus Brauer Gomes e José Carlos Buzanello comporão a Comissão de Recursos da Vaga 5 acima; c) os professores Jorge de Paula Costa Avila, Rossandro Gomes e Raquel Barbosa Moratori comporão a Comissão de Recursos do concurso relativo à vaga 1 acima; e d) os professores Marcus Brauer Gomes, Eduardo Espíndola Halpern e Marcelo Motta Veiga comporão a Comissão de Recursos do concurso relativo à vaga 2 acima. Houve a anuência de todo o Colegiado para que a turma de formandos de 8º período mande confeccionar uma placa alusiva à formatura da primeira turma do curso de Administração Pública e fixe a mesma em alguma parede das instalações do CCJP após a aprovação do Colegiado do Centro. Registrou-se, por fim, que o Professor José Carlos Buzanello já teve seu pedido de transferência para o Departamento de Estratégias de Gestão formalizado pelo Departamento de Direito Positivo. Nada mais tendo a tratar, eu, Prof Artur Moreira, encerrei esta ata, a qual vai assinada por todos os presentes.

Benedito Adeodato
Diretor da Escola de Administração
Pública - UNIRIO
Matr. SIAPE nº 0127523



fl. 121

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Coordenação de Educação a distância – CEAD

INFORMAÇÃO CEAD Nº 001/2014

07 de abril de 2014

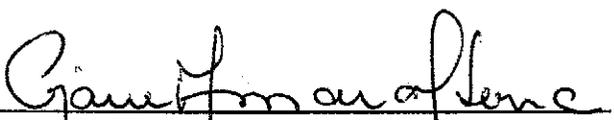
A PROPG

Venho por meio desta informar algumas mudanças que se fizeram necessárias de acordo com novas diretrizes da CAPES no projeto pedagógico do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal (páginas 3 a 25 do presente processo):

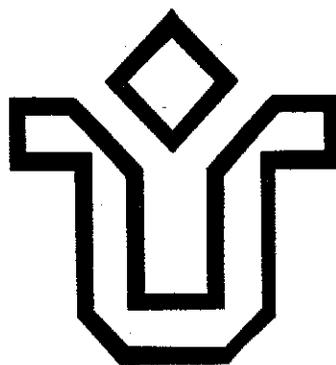
- 1- Foram introduzidas no projeto pedagógico três novas disciplinas: Introdução a Educação a distância com carga horária de 30 horas, Metodologia da Pesquisa com carga horária de 30 horas e Monografia com carga horária de 30 horas. Estas inclusões aumentaram a carga horária total do curso de 420 horas para 510 horas.
- 2- As seguintes disciplinas mudaram a nomenclatura: a- Elaboração de indicadores passou a ser denominada “Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública”, b- Plano Diretor e Gestão passou a ser denominada “Gestão do Plano Diretor Municipal”.

Em relação ao regulamento do Curso estamos apresentando um novo Regulamento (em anexo) levando em consideração as mudanças ocorridas no projeto pedagógico, bem como, adequação ao Regimento da Pós-Graduação da UNIRIO. Cabe ressaltar que a ata de aprovação de curso encontra-se nas páginas 26 e 27 do presente processo.

Atenciosamente,



Profª. Giane Moliari Amaral Serra
Coordenadora de Educação a Distância / UNIRIO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**

**REGULAMENTO
DO CURSO DE
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU
GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS
DEPARTAMENTO DE ESTRATÉGIA DE GESTÃO**

Rio de Janeiro, 2014

123

**Regulamento do Curso de Pós-Graduação *lato sensu*, em nível de especialização
em Gestão Pública Municipal na modalidade a distância**

TÍTULO I

DA NATUREZA, FINALIDADES E OBJETIVOS DO CURSO

Art. 1º - O Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão Pública Municipal, na modalidade a distância, oferecido pelo Departamento de Estratégia de Gestão do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas (CCJP) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil – UAB, tem por finalidade promover a melhoria dos serviços da Administração Pública.

§1º - O Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão Pública Municipal tem como objetivo geral:

- a. capacitar recursos humanos, teórica e tecnicamente, para atuarem no exercício de atividades gerenciais da Administração Pública.

§2º - O Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão Pública Municipal tem por objetivos específicos:

- a. capacitar quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos;
- b. capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica;
- c. contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal;
- d. contribuir para que o gestor público desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas.

TÍTULO II

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 2º - O Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão Pública Municipal está estruturado de acordo com a legislação vigente, obedecendo às normas do Conselho Nacional de Educação e aos atos acadêmicos da UNIRIO, que dispõe sobre normas para a criação e funcionamento de Curso, programas, disciplinas e atividades ofertadas na modalidade de educação a distância.

TÍTULO III**DA COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO CURSO****CAPÍTULO I****DO COLEGIADO DO CURSO**

Art. 3º - A coordenação didática será exercida pelo Colegiado do Curso, responsável pela execução das disciplinas e demais componentes curriculares do curso, formado pelo conjunto de professores integrantes de seu corpo docente e de um coordenador responsável com titulação mínima de mestre, pertencente ao quadro docente ativo da UNIRIO.

Art. 4º - Compete ao Colegiado de Departamento ou Escola *do curso*

- I. manifestar-se a respeito do projeto pedagógico e propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) a criação, a transformação, a exclusão e/ou a extinção de disciplinas;
- II. decidir sobre questões referentes à matrícula e recurso que lhe forem dirigidos, atendidas as peculiaridades do curso;
- III. aprovar, mediante análise de curriculum vitae, os docentes que ministrarão disciplinas e orientarão os trabalhos de conclusão de curso;
- IV. acompanhar e avaliar o desenvolvimento do curso.

Art. 5º - Compete ao Coordenador do Curso Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão Pública Municipal:

- I. convocar e coordenar as reuniões;
- II. Coordenar a execução do curso de acordo com as deliberações do Colegiado de Curso;
- III. coordenar a orientação da matrícula e da inscrição por disciplina;
- IV. supervisionar os trabalhos da secretaria relativos ao registro e ao controle acadêmico;
- V. empreender gestões nos diferentes órgãos da UNIRIO,

visando ao bom funcionamento do Curso;

VI. elaborar o cronograma das atividades didáticas e encaminhá-lo para a aprovação no Colegiado de Curso;

VII. apresentar anualmente à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPG), por meio da Coordenação de Educação a distância (CEAD), os relatórios e as informações sobre as atividades do curso;

VIII. enviar à PROPG, por meio da CEAD, no prazo indicado, o calendário escolar do curso;

IX. participar na elaboração do Catálogo Geral do Curso de Pós-Graduação lato sensu da UNIRIO;

X. cumprir e/ou fazer cumprir as determinações da Administração Superior e de seus Conselhos em zelar pelo cumprimento das disposições pertinentes no Estatuto, no Regimento Geral e neste regulamento.

XI. deliberar sobre recurso ou representação de discentes;

XII. credenciar os orientadores de trabalhos de conclusão de curso;

XIII. solicitar ao departamento de Estratégia de Gestão o credenciamento de docentes que não são professores da UNIRIO, para coordenar disciplinas ou orientar trabalho de conclusão de curso;

XIV. indicar a Comissão Examinadora para seleção de candidatos ao Curso;

XV. indicar Comissão de Avaliação para apreciar os trabalhos de

conclusão de curso após finalização de todos os créditos previstos na matriz curricular do curso;

fl. 126

TÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO DO CURSO

CAPÍTULO I

DO REGIME DIDÁTICO E DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 6 - O Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão Pública Municipal será oferecido em polos, localizados em municípios, de acordo com os convênios e as parcerias estabelecidas com a UNIRIO.

Art. 7 - O Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão Pública Municipal apresenta estrutura curricular composta por 08 (oito) disciplinas básicas e 09 (nove) disciplinas específicas, totalizando 510 (quinhentos e dez) horas, discriminadas detalhadamente no Projeto Pedagógico do Curso.

§1º Todas as disciplinas básicas e específicas são de caráter obrigatório.

§2º As disciplinas básicas e específicas serão ministradas obedecendo à distribuição de sua carga horária perfazendo um total de 10% (dez por cento) de atividades presenciais, 50% (cinquenta por cento) de estudo autônomo e 40% (quarenta por cento) de atividades com tutoria.

§3º As médias finais de todas as disciplinas, à exceção do trabalho de conclusão de curso, serão compostas da seguinte forma: 60% (sessenta por cento) da nota será de atividades presenciais realizadas no polo e 40% (quarenta por cento) em atividades a distância entregues via plataforma ou executadas na plataforma. Será aplicada a fórmula a seguir:

Média Final = $6 \times N(AP) + 4 \times N(AD) / 10$, onde: N(AP) é a nota em atividades presenciais e N(AD) é a nota em atividades a distância.

§ 4º - A avaliação do desempenho acadêmico do aluno será de responsabilidade do docente coordenador da disciplina.

§ 5^o - A média final em cada disciplina será expresso em notas de 0 a 10 (zero a dez), com uma casa decimal, de acordo com a seguinte escala:

de 10.0 a 7.0 = Aprovado

de 6.9 a 5.0 = Avaliação Extraordinária

de 4.9 a 0.0 = Reprovado

§ 6^o - Para a aprovação em qualquer disciplina e atribuição dos créditos respectivos são requeridos dos alunos:

- a. obtenção de nota igual ou superior a 7.0 (sete);
- b. frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas atividades presenciais.

Art. 8 - O discente que obtiver nota entre 5,0 (cinco) e 6,9 (seis vírgula nove) na média final de qualquer disciplina terá direito a uma única avaliação extraordinária.

§ 1^o - A avaliação extraordinária deverá ser realizada no prazo de até 15 (quinze) dias a contar da data de divulgação da média final da disciplina em que o aluno obteve nota menor que 7.0 (sete), ou para aquele aluno que não obteve a frequência mínima na disciplina.

§ 2^o - A nota da avaliação extraordinária substituirá a nota da avaliação presencial conforme os critérios do artigo 12, parágrafo 3, aplicados na seguinte fórmula:

Média Final = $6 \times N(AE) + 4 \times N(AD) / 10$, onde: N(AE) é a nota em avaliação extraordinária e N(AD) é a nota em atividades a distância.

Art. 9 - O Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão Pública Municipal é mantido com verbas provenientes da DED/CAPES/FNDE via Sistema da UAB, estando portanto, submetido a prazos estabelecidos por esses órgãos de financiamento.

§1^o-Considerando o *caput* deste artigo e as especificidades de oferta do curso nessas condições, o aluno deverá observar e atender, obrigatoriamente, os seguintes itens:

- a. cursar as disciplinas durante a oferta regular do curso, de acordo com o cronograma estabelecido pela Coordenação do Curso;
- b. estar ciente de que não haverá oferta isolada de disciplina ao longo do curso;
- c. estar ciente de que não haverá trancamento de matrícula ou de disciplina;
- d. estar ciente de que não haverá dependência;
- e. ser aprovado em todas as disciplinas básicas e específicas para estar apto a apresentar o trabalho de conclusão de curso;

f. atender aos cronogramas de cada disciplina.

Art. 10 - A Coordenação do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* poderá autorizar o aproveitamento de estudos feitos pelo aluno em outros Cursos de Pós-Graduação *lato sensu* em instituição credenciada pelo Ministério da Educação, de acordo com o Regulamento de cada curso de pós-graduação *lato sensu*, que deverá, obrigatoriamente, atender as seguintes exigências:

I. Abranger matéria integrante do currículo do curso;

II. Não ultrapassar, em conjunto, a 1/3 (um terço) do total dos créditos ou da carga horária do curso correspondente.

§ 1º - O aproveitamento de estudos - P - será atribuído ao aluno que tenha cursado a disciplina em outra instituição ou Curso, cujo aproveitamento tenha sido aprovado de acordo com o Regulamento de cada Curso.

§ 2º - O aproveitamento de disciplina após 3 (três) anos de sua obtenção ficará condicionado à aprovação em exame de suficiência sob a responsabilidade de um professor da área ou de área afim, integrante do Curso de Pós-Graduação *lato sensu*, indicado pelo colegiado do curso.

Art. 11 - Para efeito de medida do trabalho acadêmico, a unidade básica é o crédito.

§1º- 01 (um) crédito corresponde a 15 (quinze) horas de trabalho acadêmico efetivo.

Art.12- As atividades presenciais serão desenvolvidos na UNIRIO, nos polos nos quais o aluno se inscreveu ou em outras instalações, de acordo com as necessidades das disciplinas.

§ 1º - Atendendo ao disposto no § 1º do Art. 1º do Decreto 5.622/2005, os alunos do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão Pública Municipal na modalidade a distância serão submetidos obrigatoriamente a momentos presenciais para:

I. avaliações;

II. apresentação individual e pública do trabalho de conclusão de curso.

CAPÍTULO II

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 13 - O aluno aprovado em todas as disciplinas deverá apresentar seu trabalho de conclusão de curso, impreterivelmente, no prazo estabelecido pela coordenação e tornado público em cronograma distribuído no início da disciplina TCC.

Art. 14 - O trabalho de conclusão de curso deverá estar de acordo com as normas vigentes na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Art. 15 - Para avaliar o trabalho de conclusão de curso, o coordenador do Curso

de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão Pública Municipal formalizará as Comissões de Avaliação.

§1º - As Comissões de Avaliação do trabalho de conclusão de curso serão compostas por 02 (dois) professores de reconhecida competência na área temática do curso, sendo um deles o orientador.

§2º - A apresentação dos trabalhos de conclusão de curso será realizada na UNIRIO ou em outro local estabelecido pela Coordenação do Curso.

Art. 16 - O aluno apresentará o trabalho de conclusão de curso logo após o cumprimento, com aprovação, de todos os créditos das disciplinas básicas e das específicas.

§1º - O aluno deverá cumprir, a data estipulada para a entrega do trabalho de conclusão de curso.

§2º - Ao infringir o prazo de entrega do trabalho de conclusão de curso o aluno perderá o direito ao certificado de Especialista em Gestão Pública Municipal.

§3º - O aluno entregará dois CD-ROM com seu trabalho de conclusão de curso para o Coordenador da disciplina de TCC que os encaminhará à Comissão de Avaliação.

Art. 17 - Uma vez que seu trabalho de conclusão de curso tenha sido aprovado, o aluno, após proceder a eventuais modificações sugeridas pelos professores, caso haja, no prazo estipulado pela Banca Examinadora, deverá providenciar em CD-ROM a versão final de seu trabalho, entregando-o pelo correio ou pessoalmente na UNIRIO à Coordenação do Curso.

CAPÍTULO III

DA CONCESSÃO DO GRAU DE ESPECIALISTA E DA EXPEDIÇÃO DO CERTIFICADO

Art. 18 - Para obter o grau de Especialista em Gestão Pública Municipal, o aluno deverá satisfazer às seguintes exigências:

- a. obter aprovação em cada disciplina com, no mínimo, a nota 7,0 (sete);
- b. obter frequência mínima de 75 % (setenta e cinco por cento) da carga horária de atividades presenciais previstas para cada disciplina;
- c. obter aprovação da Comissão de Avaliação para seu trabalho de conclusão de curso.

Art. 19 - O Certificado de conclusão do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* será concedido ao aluno que, além de satisfazer todos os requisitos dispostos no Art. 16, tiver obtido nota igual ou superior a 7,0 (sete) no trabalho de conclusão de curso.

Art. 20 - O aluno que não obtiver nota suficiente em uma ou mais disciplinas, porém tiver obtido média suficiente nas demais disciplinas totalizando 180 horas em

créditos, e o aluno que não entregar no prazo o TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) ou não obtiver média suficiente neste trabalho final , poderá fazer juz ao Certificado de Aperfeiçoamento expedido pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC).

TÍTULO V
DO CORPO DOCENTE

CAPÍTULO I
DA CONSTITUIÇÃO

podem ser, pelo menos, 50%

Art. 21 - Os docentes responsáveis pelas disciplinas do curso ~~podem ser~~ do quadro da UNIRIO ou outras Instituições, sempre com percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) de mestres e doutores.

Parágrafo Único – Poderão ser convidados professores sem título de mestre, mas com reconhecida capacidade, com o objetivo de intercâmbio de experiências e informações, visando à constante valorização do Curso.

CAPÍTULO II
DA SELEÇÃO

Art. 22 - Na composição do corpo docente terão preferência os professores da UNIRIO, portadores de títulos de Doutor, Livre Docente, Mestre ou Especialista, respeitadas as áreas de conhecimento.

Parágrafo Único – Poderão ser propostos pelo Colegiado do Departamento do Curso envolvido, professores portadores do título de Doutor, Livre Docente, Mestre ou Especialista, não pertencentes ao Quadro de Pessoal da UNIRIO para responsáveis por disciplinas específicas.

CAPÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 23 - São atribuições dos membros do corpo docente:

- a-participar das atividades de planejamento e controle de execução curricular e das deliberações das suas respectivas disciplinas.
- b-Orientar os professores-tutores;
- c-orientar os estudos dos alunos do curso;
- d-coordenar reuniões de trabalho com os professores-tutores, segundo o cronograma da disciplina ou sempre que necessário;
- e-comparecer e participar das reuniões do Curso;
- f-participar das capacitações;
- g-entregar nos prazos as avaliações presenciais, exames finais ou outras

atividades que serão realizadas nos polos;

h-acompanhar, preencher, supervisionar e entregar nos prazos estabelecidos, as planilhas de notas e inseri-las no SIE.

i-manter anotações pedagógicas sobre o desempenho dos discentes;

j-entregar e disponibilizar relatórios de desempenho discente quando solicitado;

k- acompanhar os procedimentos para a aplicação de avaliações presenciais e orientar ações quando necessário;

l-cumprir o presente regulamento.

TÍTULO VI DO CORPO DISCENTE

CAPÍTULO I DA CONSTITUIÇÃO

Art. 24 - O Corpo discente do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* será constituído por alunos regularmente matriculados em disciplinas ou em elaboração de trabalho de conclusão de curso.

CAPÍTULO II DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 25 - São direitos do corpo discente:

- a. contar com a oferta de disciplinas em número e qualidade que viabilizem as diversas etapas do curso;
- b. receber ao longo do curso orientação condizente com o rumo de seus estudos e com a natureza das suas necessidades.

Art. 26 - São deveres do corpo discente:

- a. participar de todas as atividades determinadas pelos professores das disciplinas e demais componentes curriculares previstas no Projeto Pedagógico do Curso, cumprindo os requisitos correspondentes dentro dos prazos estabelecidos nos cronogramas de cada disciplina ou demais componentes curriculares;
- b. ter frequência de pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do total de atividades presenciais nas disciplinas e demais componentes curriculares;
- c. No caso de licença gestante/ maternidade será observado o disposto em lei;
- d. cumprir o presente regulamento, o regimento do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas e o Regimento Geral da Unirio, assim como todos os atos acadêmicos referentes aos cursos *lato sensu* da respectiva Universidade.

fl. 132

TÍTULO VII
DOS RECURSO FINANCEIROS

Art. 27 - Os recursos financeiros serão provenientes de contrapartida da UNIRIO e do DED/CAPES/FNDE via Sistema da UAB, do qual o curso faz parte.

TÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 28 - Este regulamento poderá ser modificado a cada 02 (dois) anos ou sempre que o Colegiado do Departamento de Estratégias de Gestão assim o decidir.

Art. 29 - Este regulamento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Ensino e Pesquisa da UNIRIO.

Art. 30 - Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos em primeira instância pela Coordenação do Curso, cabendo recurso ao Colegiado do Departamento de Estratégias de Gestão, ao Centro de Ciências Jurídicas e Políticas, à Câmara de Pós-Graduação e ao CONSEPE em ordem crescente de hierarquia deliberativa na organização acadêmico-administrativa da UNIRIO.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2014.